

## PERCURSOS E PERSPECTIVAS DA ACESSIBILIDADE FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

*Zilsa Maria Pinto Santiago  
Plínio Renan Gonçalves da Silveira*

### Introdução

A discussão sobre o conceito de cidadania é complexa e sugere inúmeras vertentes. A prática da cidadania partindo da escola ou da comunidade escolar, com o apoio dos movimentos sociais de inclusão principalmente no que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência e da prática de um ensino na diversidade, é uma abordagem necessária nesta discussão. Iniciamos com o conceito de inclusão social, que segundo Sasaki (1997, p. 41), é:

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A escola, na condição de espaço social deve, portanto, apresentar condições de acessibilidade a todos, inclusive a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de prover uma Educação de qualidade a todas as crianças, modificar atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras (SANTIAGO, 2005). Existe, assim, um caminho a ser percorrido, qual seja a organização da sociedade e as administrações escolares inseridas em um novo contexto, apoiadas pelo Siste-

ma Educacional e Ministério Público, capaz de transformar a situação de exclusão e gerir uma cultura inclusiva.

E quando chegamos ao patamar do Ensino Superior, o que acontece? Que condições existem para receber pessoas com deficiência na universidade?

A problemática da acessibilidade de pessoas com deficiência no Ensino Superior já é tema de muitas discussões e estudos. Na Universidade Federal do Ceará (UFC), este assunto vem sendo discutido numa visão ampla, mas, de certa forma, em termos de ações nos últimos dez anos, trabalhadas pontualmente pelas diversas unidades administrativas e de ensino, na perspectiva da informação, do conhecimento, das atitudes e do espaço físico.

Neste artigo, abordaremos alguns aspectos da política de acessibilidade e das ações que estão sendo realizadas no âmbito da Universidade, por meio da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir, tendo como base a realização de trabalhos de pesquisa, ensino e extensão, perpassando por todas as áreas e setores. De forma mais específica, trataremos da área relativa à acessibilidade física, em que as atividades estão relativamente iniciando num processo de construção de uma cultura de inclusão a fim de incorporar parâmetros de acessibilidade na realização de projetos e reformas.

## **Acessibilidade como Fator de Inclusão**

Ações realizadas pelo poder público em relação ao atendimento às pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual, no Brasil, até os anos 1960, abstraíam o conteúdo educacional da questão e contemplavam, basicamente, a problemática social e da saúde, culminando com ações assistencialistas ou de reabilitação. As primeiras iniciativas de

atendimento às pessoas com deficiência, no Ceará, partiram de atitudes isoladas ou de pequenos grupos e organizações de pessoas que não contavam com o apoio do poder público. Conforme Leitão (1997),

[...] A criação destas entidades especializadas no atendimento aos portadores de deficiência visual, mental, auditiva e física no Ceará foi possível, [...] na medida em que se aliou aos desejos de indivíduos ou grupo de indivíduos, o conhecimento especializado, a assimilação de saberes específicos que passam a esclarecer alguns mitos construídos em torno dos intitulados deficientes e fornecem as bases para uma ação terapêutica ou educacional, embora que ainda de caráter assistencial, segregativo e pouco eficiente. No entanto, essas entidades surgidas nesse período histórico representaram significativos avanços, oferecendo àqueles indivíduos melhores condições de vida e a possibilidade de uma desejável integração social.

A questão educacional das pessoas com deficiência não veio acompanhada, de imediato, de estudos de adequação e adaptações do ambiente físico. Para a inclusão, nem sempre são necessários recursos educacionais especializados, mas o espaço adequado é fator de inclusão. Neste caso, compreendemos que a criança pode estar na escola regular desde o início de sua escolarização (MAZZOTTA *apud* GODOY, 2002).

Reforçando esta ideia, Glat (1995), considera que o grupo de pessoas com deficiência física não se constitui, tradicionalmente, como clientela da Educação Especial. A inclusão é facilitada pela acessibilidade física nos espaços escolares, não sendo necessário nenhum outro tipo de assistência especial ao aluno que tenha dificuldade de locomoção (usuário de cadeira de rodas, muletas, andador, ou pessoa com perna mais curta, ou outro tipo de deficiência física).

Neste sentido, temos dois problemas imbricados: tanto a dificuldade e iniciativa tardia do poder público no trato das condições de Educação de pessoas com deficiência, quanto à falta de acessibilidade ao meio ambiente físico construído. O que resulta numa situação em que, até bem pouco tempo atrás, dificilmente encontraríamos uma pessoa com deficiência visual, com surdez ou até mesmo em cadeira de rodas transitando nas salas de aula de uma universidade.

A acessibilidade nos espaços da universidade e, de um modo geral, nos espaços públicos de Fortaleza, vem sendo discutida, nesta última década, em fóruns, seminários, audiências na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa, dentre outros eventos, tendo os movimentos e associações de pessoas com deficiência, com o apoio do Ministério Público, como impulsionadores destes eventos.

O governo do estado, com a participação da UFC, deu um passo importante com a elaboração do *Guia de Acessibilidade: espaço público e edificações*, publicado em 2009, e sua divulgação junto aos prefeitos municipais, entidades, associações e a sociedade em geral.

### **Ações Referentes à Acessibilidade Física nos Campi da UFC**

Ao se abordarem questões concernentes à inclusão ou acessibilidade de pessoas com deficiência, é senso comum a referência imediata aos aspectos relativos às barreiras arquitetônicas, talvez por serem as mais visíveis. É importante, entretanto, destacar o fato de que as barreiras enfrentadas por essas pessoas são múltiplas, a começar pelas atitudes inadequadas manifestas pelas pessoas em geral, em função de um desconhecimento sobre as reais necessidades da pessoa com deficiência.

A acessibilidade física é hoje uma necessidade básica para que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam desenvolver atividades da vida cotidiana com autonomia e mobilidade, bem como usufruir dos espaços com segurança e comodidade. O aspecto importante da acessibilidade física é ser um facilitador da inclusão das pessoas com deficiência.

Em dados da UFC (2010), a universidade conta com a área física, em Fortaleza, de 2.872.581,48 m<sup>2</sup> e área construída de 291.313,11 m<sup>2</sup>, distribuída em três áreas: Pici, Benfica, e Porangabussu e mais algumas unidades dispersas, sem dimensionar os novos *campi* do interior. Além disso, conta, nos três terrenos, com área urbanizada de 218.410,00 m<sup>2</sup>. Tem, portanto, o grande desafio de dar continuidade à universalização da acessibilidade, adequando os edifícios existentes e implementando, nas novas edificações, o conceito do Desenho Universal (que propõe um espaço constituído do maior número de dimensões, acessos, tamanhos, possibilitando seu uso pelo maior número de pessoas), obedecendo à legislação vigente, dirimindo possíveis barreiras arquitetônicas e proporcionando a todos os usuários, sejam alunos, servidores ou visitantes, o acesso e a livre circulação.

A UFC tem realizado um esforço de adequar sua grande área física, contudo, as ações não alcançavam a plenitude devido às questões de recursos, caracterizando-se, assim, como emergenciais ou contingenciais. A antiga Superintendência de Obras e Planejamento (PLANOP), atual Coordenadoria de Projetos e Obras (COP), elaborou, em 2002, o projeto *Acesso UFC*, sob a coordenação da arquiteta Magda Campelo e direção geral do professor Ademar Gondim, com a intenção de incluir, nas atividades dessa Superintendência, estudos de acessibilidade para os edifícios da UFC. Contou com o envol-

vimento de alunos e servidores com deficiência e bolsistas indicados pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Esse projeto tinha, como objetivos principais, a execução do levantamento do número de pessoas com deficiência na UFC, seus respectivos locais e condições de trabalho, bem como a elaboração de estudos para atendimento prioritário a este público-alvo.

No segundo momento, foi realizado um levantamento da necessidade de intervenção em toda a área construída da UFC, restringindo-se, porém à adequação de banheiros, construção de rampas e instalação de plataformas, a fim de mensurar os custos necessários para eliminação de barreiras arquitetônicas na instituição.

No período entre 2002 e 2003, foram executados e orçados, pela PLANOP, vinte e quatro projetos de acessibilidade, com ênfase também na instalação de rampas e adequação de banheiros em prédios. Do total, 62% das intervenções deram-se no Benfica, área com maior número de pessoas com deficiência, 34% no Pici e 4% no Porangabussu.

Alguns destes projetos não foram efetivados por indisponibilidade orçamentária na época, porém, com recursos do *Projeto UFC Inclui*, em 2006 e 2007, sob a coordenação da professora doutora Ana Karina Lira, foram realizadas várias ações, dentre elas, o Ciclo de Debates, Exposições e execução de nove dos projetos disponibilizados pela Superintendente da PLANOP. Além disso, por iniciativa de diretores dos centros e faculdades, várias outras adaptações foram executadas, como as passarelas de ligação de prédios, rampas de acesso aos edifícios, bem como intervenções em banheiros.

Registramos, ainda, um processo movido pelo Núcleo de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado do Ceará, em 2005, que exigiu, da UFC, adoção de medidas

de condições mínimas e básicas para o acesso e permanência de estudantes com deficiência em suas dependências. Desde então, intervenções foram feitas em todos os centros e faculdades, mas, em face da dimensão da UFC e da limitação orçamentária, muitas das demandas ainda não foram totalmente atendidas, conforme imperativo legal vigente. Contudo, algumas plataformas verticais para condução de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e rampas foram implantadas em algumas das edificações existentes, como é o caso da Faculdade de Direito, dentre outras (Fotos 01 e 02).



**Foto 1 – Faculdade de Direito/UFC – Plataforma vertical no curso de Direito**

**Foto 2 – Faculdade de Direito/UFC – Rampa para o bloco antigo do curso de Direito**

Com a criação da Secretaria de Acessibilidade UFC In-clui, em 2010, os trabalhos de acompanhamento de adequação dos espaços construídos foram retomados de forma mais ampla e sistematizada.

Como instrumento de verificação das condições de acessibilidade na universidade, iniciaram utilizando: o levantamento de necessidades no acervo da COP; dados resultantes da realização de vistoria da Comissão de Acessibilidade do

Sistema de Bibliotecas da UFC; como também indicadores levantados por membros da Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn) em 2009; juntamente com alunos bolsistas dos cursos de: Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Pedagogia e de um aluno do curso de bacharelado em Química – usuário de cadeira de rodas.

A CEIn foi criada pelo Magnífico Reitor Jesualdo Pereira Farias, em 2009, com o objetivo de fazer uma proposta de estruturação administrativa, cuidando da elaboração, condução e execução de políticas de Educação Inclusiva na universidade.

Os bolsistas da comissão, na área de Arquitetura e Urbanismo eram, inicialmente, responsáveis por realizar visitas técnicas às edificações da universidade, que foram mapeadas através do Plano Diretor da UFC, a fim de se obter uma dimensão geral sobre os problemas de acessibilidade da universidade. Posteriormente, nesta, agregaram-se os técnicos a serviço da COP.

Estes trabalhos são compostos de observações *in loco*, medições e anotações sobre a estrutura física, registros fotográficos. Posteriormente, os dados são organizados, é feita uma análise, resultando em Relatórios Técnicos das edificações visitadas, com apontamentos referentes à necessidade de intervenções para o cumprimento da legislação existente.

Para tanto, foi elaborado um *check list*, envolvendo as principais questões da acessibilidade, de forma a simplificar tanto o processo de recolhimento de dados *in loco*, quanto a própria leitura do laudo. Não só os ambientes e acessos internos à edificação foram analisados, mas também as áreas livres comuns (pátios, jardins, caminhos). O diagnóstico tinha uma preocupação urbanística, analisando o entorno da edificação, as faixas de travessia, os rebaixos, as paradas de ônibus, e se

a chegada da pessoa com deficiência ao edifício estaria sendo executada de forma livre e segura.

A metodologia de diagnosticar através de um *check list* padrão pode ser observada no recorte do relatório abaixo:

- Rebaixos/rampas: Apresenta alguns rebaixos inadequados nas travessias internas. Nas entradas dos Centros Acadêmicos e em alguns pontos do passeio não há rampas. A rampa encontrada na entrada do edifício está com inclinação adequada, porém o corrimão está em desacordo com a NBR9050.
- Barreiras arquitetônicas, desníveis: Alguns desníveis foram encontrados sem rebaixo e com grelha na direção errada, impossibilitando a passagem da pessoa em cadeira de rodas. As barreiras arquitetônicas não possuem piso alerta.
- Sinalização: Não há sinalização direcional nem alertas para a pessoa com deficiência visual.
- Aparelhos telefônicos públicos: Os aparelhos públicos encontrados estão todos com alturas acima de 1.20 m, alcance máximo da pessoa em cadeira de rodas.



**Foto 3 – Relatório de Condições de Acessibilidade Física da FEAAC**

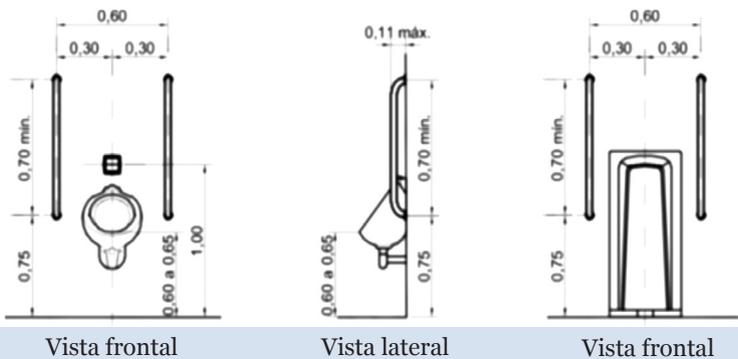
Depois de uma análise geral dos problemas de acessibilidade nas edificações existentes na universidade, os bolsistas de Arquitetura e Urbanismo foram direcionados para trabalhar em parceria com a COP. Este trabalho consistiu em realizar uma análise minuciosa das questões de acessibilidade nos novos projetos. Infelizmente, nos processos de licitação,

não há uma cobrança rigorosa com base na legislação vigente no que diz respeito a estas questões, o que resulta em projetos que cumprem apenas parcialmente as determinações da norma, e em outros que ignoram os efeitos desta.

O trabalho de análise projetual consiste na leitura, prancha a prancha, do projeto, utilizando a mesma metodologia do *check list*. Os dados desta análise resultam também em um Relatório Técnico de Acessibilidade, conforme recorte abaixo:

- **Prancha 94** – Detalhe de banheiro

Deve-se colocar as barras de apoio vertical em pelo menos um dos mictórios (com espaço livre de 60 cm de largura). Rebaixar pelo menos uma extensão de 90 cm da bancada para altura de 80 cm, respeitando a altura de 73 cm para entrada da cadeira.



**Exemplo de mictórios** – Fonte NBR9050

- **Prancha 95** – No WC Feminino, deve-se rebaixar pelo menos uma extensão de 90 cm da bancada para altura de 80 cm, respeitando a altura de 73 cm para entrada da cadeira.
- **Prancha 102** – Detalhamento de Portas – Na porta P3 (acesível) o símbolo não segue as corretas proporções da NBR9050, que deve ser universal.

**Foto 4** – Relatório de Acessibilidade ICA

Passaram por esta análise grandes novas edificações da UFC, como o Instituto de Cultura e Arte (ICA), o Instituto Paleontológico e Geológico e a 4<sup>a</sup> Etapa do *Campus Juazeiro do Norte*.

Ratifica-se a necessidade da manutenção deste trabalho de análise projetual das novas edificações. Analisar o edifício ainda na fase de projeto propicia a condição de tempo hábil para correções, antes da execução da obra. A projeção acessível é mais simples, proporcionando a condição de concepções estéticas sem prejuízo das visuais plásticas do edifício. É ainda mais econômica, evitando gastos futuros com reformas, muitas vezes que não conseguem chegar a um resultado satisfatório, sendo meras adaptações de uma realidade estabelecida.

Com o crescimento dos investimentos em novas edificações e obras devido ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) nos *campi* da UFC, surgiu a necessidade da COP realizar um novo levantamento das condições de acessibilidade, verificando as necessidades de adaptação das antigas edificações, bem como a sinalização das pendências restantes nas novas edificações.

A realização deste trabalho foi fundamentada no Decreto n<sup>o</sup>. 5.296/2004, que trata da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em relação às edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, incluindo elevadores, plataformas de elevação motorizadas e requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Deve-se salientar sua importância também por estabelecer ainda os critérios para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições, considerando a acessibilidade aos edifícios de uso público, ao espaço e utilização de mobiliário.

Temos alguns exemplos desta nova fase de implantação de requisitos de acessibilidade nos projetos de edificações e espaços livres na UFC (Fotos 05 e 06).



**Foto 5 – Auditório Valnir Chagas – Faced/UFC. Rampa com inclinação adequada e corrimão próximo ao exigido pela NBR-9050**  
**Foto 6 – Entrada do curso de Psicologia/UFC com rampas de acesso adequadas e vaga reservada**

## Conclusão

A obrigatoriedade ao cumprimento do Decreto nº. 5.296/2004 e a conscientização da necessidade de se projetar para todos impõem aos órgãos públicos, dentre eles a universidade, a execução de projetos em observância à NBR 9050. Uma dificuldade percebida se refere à dimensão da equipe que trabalha nos projetos e obras da instituição, o que dificulta o andamento de ações de um modo geral, bem como de obras de pequeno porte que poderiam ser realizadas pelos próprios diretores de centros e faculdades. Ao que parece, desde o ano de 2011, este trabalho vem sendo acelerado com a terceirização de parte destes projetos.

O atendimento às normas de acessibilidade passou a ser adotado quando da elaboração de projetos para novas edificações. Mesmo sendo a nova concepção inserida nos pre-

ceitos da acessibilidade física, algumas ações, como é o caso da locação de equipamentos como as plataformas verticais, retardam a finalização completa da obra, por constituírem um procedimento obrigatório de licitação para compra de equipamentos, explicando o fato de encontrarmos, nos prédios novos, apenas as estruturas que abrigam estes equipamentos. Isso resulta no atraso da instalação das mesmas em relação à obra como um todo.

Estes são instrumentos contundentes relativos ao fato de que, mesmo tendo sido realizadas muitas ações, ainda há de se fazer para que a universidade atinja um nível plenamente satisfatório de acessibilidade em sua estrutura física.

Em decorrência de novos eventos, como a promulgação da Lei n.º 12.587, de 3 de janeiro de 2012 – que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, bem como o Decreto Legislativo n.º 186, 2008, no qual, em seu Art. 1º – Fica aprovado, nos termos do § 3º do Art. 5º da Constituição Federal, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 2007; igualmente, o Decreto n.º 6.949, de 2009, que determina, em seu Art. 1º – A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo –, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contêm as ações para inserção de requisitos para a acessibilidade, sendo assim cada vez mais incorporados ao cotidiano das realizações das obras na universidade.

Neste sentido, podemos afirmar que a execução de projetos de edificações nos vários *campi* da UFC, bem como as reformas e adaptações de antigas edificações estão sendo realizadas cada vez mais assumindo o compromisso com os paradigmas da inclusão, observando critérios e determinações legais amparadas pelos princípios da acessibilidade universal.

## Referências Normativas e Leis

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 – *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. *Lei n. 12.587, de 3 de Janeiro de 2012* – que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

\_\_\_\_\_. *Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. *Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*, regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

\_\_\_\_\_. *Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*, que regulamenta as Leis nºs. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

CEARÁ. *Guia de acessibilidade: espaço público e edificações*. 1 ed./ Elaboração: Nadja G.S. Dutra Montenegro; Zilsa Maria Pinto Santiago e Valdemice Costa de Sousa. Fortaleza: SEIN-FRA-CE, 2009.

## Referências Bibliográficas

GLAT, Rosana. *A Integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

GODOY, H. P. *Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: recomendações internacionais e normas oficiais*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

LEITÃO, V. M. *et al. Políticas de Acessibilidade da UFC: Propostas*. Fortaleza: UFC, 2010.

\_\_\_\_\_. *Para além da diferença e do tempo*. Ensaio sócio-histórico da Educação dos portadores de necessidades especiais no Ceará. Uma trajetória de luta: da segregação à integração. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira – UFC). Fortaleza, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo; Cortez, 1996.

SANTIAGO, Z. M. P. *Acessibilidade física no ambiente construído: o caso das escolas municipais de ensino fundamental de Fortaleza – CE (1990 – 2003)*. Dissertação (Mestrado – FAUUSP). São Paulo, 2005.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 5. ed. Rio de Janeiro: VWA, 1997.